

## **7ª Reunião CPCI**

**Data: 28.06.2013 às 10h30**

**Local: Sala de Reuniões da PROPLADI, 5º Andar, Rua Catequese.**

**Participantes: Expedito Nunes, Renata Savoini, César Guarido, Denise Consonni, Rosana Carvalho, Cindi Mendonça.**

## **ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DA UFABC**

Às 10h30 do dia 28 de junho de 2013, tendo por local a sala de reuniões da PROPLADI, no 5º andar, da Rua Catequese foi realizada a sétima reunião da CPCI (Comissão Permanente de Classificação da Informação), tendo por objetivo discutir e deliberar sobre os procedimentos e medidas necessários para adequar o rol de informações classificadas da Fundação Universidade Federal do ABC e que os membros considerassem sobre as providências de como realizar os códigos de indexação dos documentos da Universidade, procedendo aos ajustes pertinentes de acordo com recomendação dada pela Controladoria Geral da União, em conformidade com a legislação presente nos incisos I e II do artigo 45 do Decreto nº 7.724/2012.

Estavam presentes os membros da comissão representados por Expedito Nunes (Comissão de Ética), Renata Savoini (PROPLADI), César Guarido (Arquivo Central), Denise Consonni (PROGRAD) e Rosana Carvalho (Auditoria), além de Cindi Mendonça como representante da Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (PROPLADI).

Cada membro presente recebeu cópias dos seguintes documentos, conforme anexos desta ata: e-mail enviado pela CGU solicitando adequação do rol de informações classificadas publicadas no site da UFABC de acordo com os padrões exigidos pelo decreto 7724/2012, extrato da página eletrônica da CGU com tabela de universidades que publicaram página de informações classificadas e desclassificadas, rol exemplificativo das informações classificadas como sigilosas da Controladoria Geral da União (CGU), extrato do rol de classificação de informações sigilosas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como modelo e despacho da Comissão de Ética Pública da Presidência da República que trata da nova classificação de documentos sobre processos da mesma.

Renata Savoini iniciou a reunião dando os seguintes informes aos presentes.

- Recapitulou conteúdo de e-mail recebido pela Controladoria Geral da União (CGU), em 25 de junho de 2013, através do SIC, e encaminhado anteriormente a todos os membros, destacando a necessidade da Comissão elaborar plano de ação o quanto antes para que sejam feitas as adequações necessárias no rol de informações classificadas publicado no site da UFABC, dado que o prazo para se adequar aos

padrões exigidos pela legislação já expirou em 01 de junho de 2013. Quanto ao prazo necessário para se realizar tais adequações, os membros comentaram em breve análise da situação da Universidade quanto a atender estes quesitos de maneira plena, não há como estabelecer data precisa, pois há muito a fazer para tal adequação.

- A respeito de consulta realizada no sítio eletrônico da CGU, conforme tabelas impressas entregues aos participantes, Renata chamou atenção ao fato de que entre as Universidades e Fundações como a Universidade Federal do ABC, a maioria das instituições não realizou a classificação de nenhuma informação como sigilosa ou colocaram o mínimo possível de informações classificadas. Entre as Universidades, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi a que mais teve informações classificadas e publicadas, sendo considerada por este motivo como referência a ser observada pela UFABC na adequação de seu rol de informações.

- Informou também aos presentes que foi criado, na página de acesso à informação da Universidade, link para a Comissão Permanente de Classificação da Informação (CPCI), onde constam todos os documentos produzidos referentes à Comissão tais como portarias, as atas das reuniões realizadas, lista dos membros integrantes da Comissão, os procedimentos realizados para classificação da informação e todos os documentos relacionados a esta que venham a ser produzidos.

- Relembrou que em reunião realizada com Eloísa da Reitoria, para tratar e esclarecer a respeito da portaria e do rol de informações classificadas para a publicação dos mesmos, considerou-se a complexidade do plano de ação que seria preciso desenvolver para a confecção do Termo de Classificação da Informação (TCI), em cada documento produzido pela Universidade, um a um.

Realizados os informes e as considerações iniciais, César explicou que quanto a realizar o levantamento das informações produzidas pela UFABC, há muito trabalho a ser realizado, dado que a Universidade existe há sete anos e não há padronização nem formalização de procedimentos quanto à classificação, produção e guarda da documentação existente na Universidade. Chamou atenção à problemática também da falta de mão de obra especializada necessária para realizar tal adequação requerida e pela falta de espaços apropriados para arquivo da documentação corrente e processos da Universidade, sendo que alguns desses precisam estar em espaços reservados já que alguns possuem informações sigilosas e restritas apenas à alguns funcionários de determinada área. Esclareceu que esse trabalho envolve realizar o levantamento preliminar das informações produzidas por todas as áreas da Universidade, classificar documento por documento, inclusive determinar em cada processo produzido quais informações seriam públicas e quais seriam restritas quanto ao sigilo e acesso. Comentou, ainda, sobre a necessidade da implantação de um sistema de arquivos na Universidade e da importância do tratamento documental em cada uma das etapas de seu ciclo vital.

Com essas explicações, os presentes procederam à análise da situação da Universidade Federal do ABC quanto à documentação produzida e concluíram entre outros aspectos, que entre os procedimentos a serem adotados, precisaria ser incorporado às rotinas da Universidade em cada área a guarda da documentação em locais apropriados, que seria necessário realizar o registro documental de todas as informações produzidas pelas áreas, de maneira a se ter controle efetivo de fatores tais como quem é responsável pela documentação produzida, por quanto tempo deveria permanecer dentro da área que a produziu, como se deveriam organizar os espaços de maneira adequada para acomodar essa documentação, como se realizar todos esses procedimentos de maneira organizada. Constatou-se que atualmente não há controle da documentação produzida tais como localização exata de processos produzidos, o que dificulta achá-los quando necessário para eventuais consultas e possíveis riscos de perdas, por exemplo. Sugeriu-se, por exemplo, ser necessário produzir cópia documental física de informações produzidas em formato digital. Outra dificuldade na Universidade levantada foi quanto à falta de um sistema informatizado adequado para facilitar o trabalho de classificação de documentos.

Realizado esse diagnóstico breve e preliminar quanto às dificuldades encontradas no âmbito da Universidade, os membros consideraram ser produtivo buscar orientações e troca de informações com outras instituições federais para nortear a implantação de um controle e procedimentos efetivos na UFABC. Assim, estabeleceu-se que César entrasse em contato com os responsáveis pelo arquivo e classificação de documentos e informações da UFSC, em busca de informações de como a instituição realiza seus procedimentos, como é feita a sua organização documental e qual sistema ela se utiliza para realizar a gestão documental. A escolha da UFSC foi considerada apropriada, dado o grande volume que a Universidade produziu de informações classificadas.

Exedito sugeriu a produção de orientações para as áreas quanto a como realizar a gestão documental dos documentos por elas produzidos, através de e-mail por exemplo.

Também se considerou necessário orientá-las quanto ao correto preenchimento do TCI e dele constar em cada documento.

César explicou a importância de se padronizar a rotina de acordo com os padrões de arquivo, como a criação de arquivos ~~corrente~~ setoriais, onde permaneceriam arquivados os documentos em fase corrente, e também dos arquivos intermediário e permanente, os quais seriam responsáveis pelo tratamento e guarda dos documentos após o término do período corrente.

Considerou-se que a CPCI recomendasse a criação de uma política de segurança da informação e a sua regulamentação dentro da UFABC. Sobre a responsabilidade da

criação das diretrizes desta política comentou-se que a responsabilidade de produzi-las seria do Arquivo Central primariamente.

Quanto à necessidade de suprir o Arquivo Central dos recursos necessários e a necessidade de ser aparelhado para atender as demandas consideradas, Exedito sugeriu que a CPCI também produzisse documento de recomendação para os responsáveis da Universidade.

Especificou-se como ação primária do Plano de Ação para atender a tais demandas, realizar o levantamento documental (descritivo) das áreas. A CPCI deverá informar as áreas através de Comunicação Interna (CI), deixando-se bem claro aos responsáveis que é preciso levantar todos os documentos, não somente processos produzidos.

Feito isso, determinou-se começar a classificar as informações. Quanto a isso, analisando as informações primordiais nesse primeiro momento, os dados que mais precisam ser levantados junto às áreas são referentes aos tipos de documentos e a data de produção destes, considerando o atendimento do Decreto 7724/2012.

Dada a dimensão do trabalho de realizar o levantamento detalhado de todos os documentos de todas as áreas da Universidade e as dificuldades quanto a isso, Denise Consonni (PROGRAD) sugeriu iniciar tal ação com projetos pilotos escolhendo apenas algumas áreas. Sugeriu-se iniciar com a Auditoria Interna e a Reitoria. Assim seria mais fácil identificar as dificuldades e apresentar os resultados obtidos em próximo encontro da CPCI. Os demais membros concordaram em adotar tal sistemática.

Assim ficou combinado que César realizasse reuniões com representantes da Auditoria e Reitoria para realizar o levantamento documental dessas áreas. Feito isso, começará a criar o código de classificação desses documentos de acordo com a padronização dada pelo manual da CGU.

Determinou-se para isso, enviar e-mail através da Comissão, informando as áreas do trabalho levantamento (piloto) e explicando como será realizado.

Quanto às recomendações da CPCI, quanto à matéria do assunto considerado nessa reunião, determinou-se que isso será realizado através da produção de documento formal, denominado Termo de Recomendação. Tal documento também tratará de recomendações sobre mapeamento de responsabilidade, quem é responsável por gerenciar a Política de Segurança da Informação, quem dá orientações gerais.

Finalizando as considerações, frisou-se a importância de uma vez que sejam adequadas e tomadas as providências necessárias, essas práticas sejam incorporadas às rotinas de todas as áreas, por meio da instauração de procedimentos formais, para

que a produção e guarda de documentação da UFABC seja formalizada e as ações sejam realizadas de forma pró-ativa e não reativa como vem acontecendo.

Realizadas as considerações finais, derivaram-se os seguintes encaminhamentos até o próximo encontro, que ocorrerá ainda em data a ser definida:

- Redação de minuta de Comunicação Interna da CPCI para a Reitoria informando a necessidade de realizar levantamento documental de toda a Universidade Federal do ABC e elaboração dos Termos de Classificação da Informação (TCI) individuais de todos os documentos produzidos por cada área. A título de teste inicial, deliberou-se que tal levantamento se realizará inicialmente com a documentação produzida pela Reitoria, Auditoria Interna e Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD). A elaboração da minuta de CI ficou sob a responsabilidade de Renata e Cindi. O documento deverá ser complementado e finalizado pelos demais membros da CPCI e assinado pelo Expedito.
- Redação da ata da sétima reunião da CPCI, por Renata e Cindi.
- Realizar contato com os responsáveis pelo arquivo central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o objetivo de realizar troca de experiências e buscar informações sobre os procedimentos de como é feita a classificação documental da instituição, que possui mais de oitocentos documentos já classificados, bem como verificar qual o tipo de sistema utilizado pela mesma. A ser realizado por César.
- Contatar servidores responsáveis pelos documentos potencialmente sigilosos da Auditoria Interna, Reitoria e Pró-reitoria de Graduação. A ser realizado por César.
- Criar redação da minuta de termo de recomendação sobre a responsabilidade de guarda física de documentos (próprio setor e arquivo central) para análise da CPCI na próxima reunião (Expedito);
- Solicitação à Reitoria de realização de informe da CPCI na próxima reunião de dirigentes da UFABC (demais membros da CPCI).

## **ANEXO: Comunicado CGU para UFABC**

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Camila Augusto Martins Alves** <[camila.alves@cgu.gov.br](mailto:camila.alves@cgu.gov.br)>

Data: 25 de junho de 2013 10:41

Assunto: Publicação de informações classificadas

Para: "[sic@ufabc.edu.br](mailto:sic@ufabc.edu.br)" <[sic@ufabc.edu.br](mailto:sic@ufabc.edu.br)>

Prezados,

A Controladoria-Geral da União está realizando o monitoramento da publicação do rol de informações classificadas e desclassificadas, exigida pelo Decreto nº 7.724 nos incisos I e II do art.45, pelos órgãos, entidades e empresas do Poder Executivo Federal. O prazo para a publicação do rol terminou no último dia 1º de junho. Tentamos entrar em contato com vocês pelo telefone (11) 4437-8401, mas não conseguimos.

Verificamos que no site da UFABC o rol não foi publicado de acordo com os padrões exigidos pelo Decreto.

Segundo o decreto, deve ser publicado o rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, que deverá conter:

- a) código de indexação de documento;
- b) categoria na qual se enquadra a informação;
- c) indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação; e
- d) data da produção, data da classificação e prazo da classificação;

*Na ausência de informações classificadas ou desclassificadas nos últimos 12 meses, os órgãos e entidades devem informar que no momento não existe conteúdo para ser publicado.*

Orientações sobre a publicação do rol podem ser encontradas no seguinte Guia:

[http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/espaco-gestor/arquivos/Guia\\_InformacoesClassificadas.pdf](http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/espaco-gestor/arquivos/Guia_InformacoesClassificadas.pdf)

Recomendamos que sejam adotadas para medidas para corrigir a publicação do rol, que seja estabelecido um prazo para isso e que vocês nos informem sobre o andamento da correção.

Além disso, pedimos que, por favor, vocês nos enviem os números dos telefones pelos quais podemos entrar em contato e os nomes dos responsáveis pela Lei de Acesso à Informação na UFABC.

Estamos à disposição caso haja qualquer dúvida.

Atenciosamente,

Camila Augusto,  
CGAT/DPC/SPCI  
Controladoria-Geral da União  
(61) 2020-6562

## Modelo Classificação Informação CGU

CIDIC	Nup	Data Classificacao	Grau Sigilo	Fundamentacao	Data Producao	Prazo Restricao Acesso	Categoria VCGE
00190.007770/2013-16.R.08.15/04/2013.19/04/2018.N	00190.007770/2013-16	18/04/2013	Reservado	Inciso VIII do art. 23 da Lei nº 12.527/2011.	15/04/2013	19/04/2018	Governo e Política
00190.024016/2012-60.R.08.21/09/2012.21/09/2017.N	00190.024016/2012-60	21/09/2012	Reservado	Inciso VIII do art. 23 da Lei 12.527/2011.	21/09/2012	21/09/2017	Governo e Política
00190.026404/2012-85.R.08.08/10/2012.08/10/2017.N	00190.026404/2012-85	09/10/2012	Reservado	Lei 12.527 (LAI), artigo 23, inciso VIII	08/10/2012	08/10/2017	Governo e Política
00190.028548/2012-76.R.08.25/10/2012.24/10/2017.N	00190.028548/2012-76	09/11/2012	Reservado	Lei 12.527 (LAI), artigo 23, inciso VIII	25/10/2012	24/10/2017	Governo e Política
00190.028558/2012-10.R.08.08/11/2012.08/11/2017.N	00190.028558/2012-10	09/11/2012	Reservado	Lei 12.527 (LAI), artigo 23, inciso VIII	08/11/2012	08/11/2017	Governo e Política
00190.028699/2012-24.R.08.19/11/2012.18/11/2017.N	00190.028699/2012-24	21/11/2012	Reservado	Lei 12527/2011 - Art. 23, Inciso IV	19/11/2012	18/11/2017	Governo e Política
00190.031665/2012-17.R.08.17/12/2012.19/12/2014.N	00190.031665/2012-17	20/12/2012	Reservado	Art. 22 c/c a Lei-Complementar nº 104.	17/12/2012	19/12/2014	Governo e Política
00225.000150/2009-25.R.08.23/03/2009.22/03/2014.N	00225.000150/2009-25	23/04/2013	Reservado	Lei 12527/2011 - Art. 23, Inciso VIII	23/03/2009	22/03/2014	Governo e Política

**ANEXO: Modelo Classificação Informação UFSC**

<b>Código de Indexação:</b>	<b>Categoria:</b>	<b>Data de Produção:</b>	<b>Fundamento Legal para Classificação:</b>	<b>Prazo da Restrição de Acesso:</b>	<b>Data da Classificação</b>
23080.000001/2013-17.S.07.03/04/2013.31/05/2028.N	07. Educação	03/04/2013	Por em risco defesa a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;	15 anos	31/05/2013
23080.000002/2013-84.S.07.03/04/2013.31/05/2028.N	07. Educação	03/04/2013	Prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas.	15 anos	31/05/2013
23080.000003/2013-41.S.07.14/11/2012.31/05/2028.N	07. Educação	14/11/2012	Prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, assim como sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;	10 anos	31/05/2013
23080.000001/2013-17.R.07.03/12/2008.31/05/2018.N	07. Educação	03/12/2008	Prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, assim como sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;	5 anos	31/05/2013
23080.000002/2013-84.R.07.28/02/2013.31/05/2018.N	07. Educação	28/02/2013	Prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, assim como sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;	5 anos	31/05/2013
23080.000003/2013-41.R.07.28/02/2013.31/05/2018.N	07. Educação	28/02/2013	Prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, assim como sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;	5 anos	31/05/2013



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA**  
(Decreto de 26 de maio de 1999)

**DESPACHO**

A Comissão de Ética Pública, após reavaliar as implicações da Lei de Acesso à Informação, decidiu alterar o despacho anteriormente editado, que tratava da classificação dos documentos.

A nova classificação será feita da seguinte forma:

- Processos relativos à apuração de conduta e consultas: serão classificados pelo colegiado no momento da abertura, por termo específico de classificação, fazendo-se de forma retroativa para todos os processos abertos a partir de 16.05.2012 (início da vigência da Lei nº 12.527/2011 e data da edição do Decreto nº 7.724/2012);

- quanto aos processos anteriores a 16.05.2012, havendo solicitação de acesso às informações, será feita a análise pelo colegiado, caso a caso. Nas situações de urgência, o Presidente decidirá monocraticamente, com posterior ratificação pelo colegiado, nos termos do art. 8º, inciso IX, do Regimento Interno da CEP.

- As Declarações Confidenciais de Informações terão mantida sua classificação como "Informações Pessoais", nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527/2011.

- Os recursos decorrentes dos pedidos de acesso à informação serão decididos pelo colegiado da CEP.

Brasília, 28 de janeiro de 2013

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Américo Lourenço Masset Lacombe', written over a horizontal line.

**Américo Lourenço Masset Lacombe**  
Presidente